

Maringá: terra crua e civilização

Reginaldo Benedito Dias* & José Henrique Rollo Gonçalves**

Nota prévia

A experiência histórica de Maringá, fundada em 1947 e emancipada politicamente em 1951, tem sido objeto de rica e diversificada bibliografia acadêmica. Fruto da lavra de pesquisadores vinculados à Universidade Estadual de Maringá¹ ou a outras instituições científicas locais e de outros quadrantes, tal produção se estende às várias áreas do conhecimento: História, Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Geografia, Economia, Arqueologia, Urbanismo etc.

A gênese da bibliografia sobre Maringá remete, entretanto, a um título não acadêmico, produzido em 1957 e publicado em 1961, intitulado **Terra crua**², de autoria de um agente político local, o advogado e ex-vereador Jorge Ferreira Duque Estrada. Esse livro pode ser considerado tanto o primeiro a ser escrito em Maringá quanto o primeiro a versar sobre sua história. Nele acham-se amalgamados diversos gêneros literários. Páginas autobiográficas mesclam-se com descrições da ordem social e política numa frente de colonização norteparanaense. Pequenos ensaios de caracterização psicológica de alguns indivíduos justapõem-se a tentativas de tipologias coletivas um tanto ambiciosas. Tudo percorrido, nem sempre de forma explícita, por uma busca do sentido da própria existência em meio à busca pelo significado da existência de todos em uma pequena, mas frenética, cidade de fronteira.

Este artigo dedica-se a analisar o livro **Terra crua**. O interesse não decorre, porém, apenas de seu pioneirismo. A motivação foi gerada por três fatores. Primeiro, suas características fogem do padrão de crônicas sobre experiências de frentes pioneiras consideradas bem-sucedidas, regra geral comprometidas com a sedimentação de uma memória homogeneizadora e asséptica. Segundo, direta ou indiretamente, exerceu comprovada influência na produção posterior, incluindo a acadêmica. Terceiro, não obstante suas ressonâncias, suas estruturas internas e narrativas não foram objeto de uma análise sistemática.

Esclarecemos que esta contribuição ainda se insere em uma efeméride, visto que estamos no cinquentenário do lançamento do livro, quando se projeta uma edição comentada. Este texto condensa alguns temas de um ensaio mais amplo, que, uma vez viabilizado o projeto, deverá fazer parte da reedição.



* **REGINALDO BENEDITO DIAS** é Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá.

** **JOSÉ HENRIQUE ROLLO GONÇALVES** é Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá.

¹ Para contribuir com a divulgação da produção acadêmica sobre a história de Maringá e região, organizamos a coletânea: DIAS, Reginaldo B. & GONÇALVES, José Henrique Rollo (orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá: Eduem, 1999.

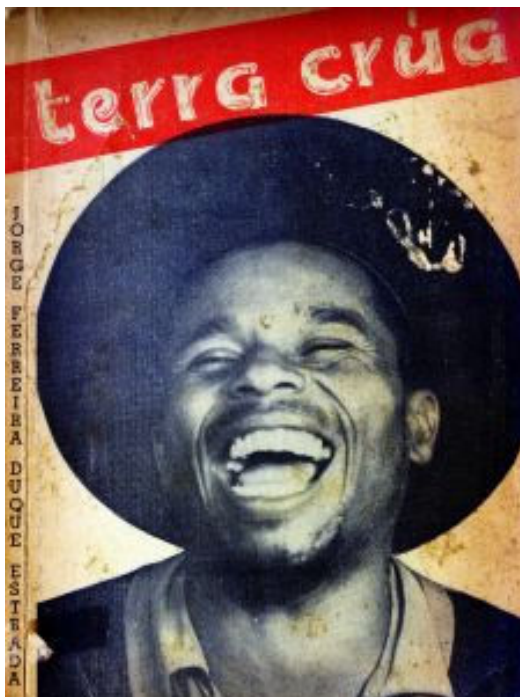
² DUQUE ESTRADA, J. F. **Terra crua**. Curitiba: edição do autor, 1961. Esclarecemos que as passagens citadas serão referidas da seguinte maneira: (TC, p.).

Breve percurso biobibliográfico

Jorge Ferreira Duque Estrada³ nasceu em São Gonçalo-RJ, às margens da baía de Guanabara, em 1916, e faleceu em 1983. Contava pouco mais de 30 anos quando, no final da década de 1940, chegou a Maringá. Sobre o período aqui vivido, escreveu em 1974:

Vivi alguns anos – cerca de 14 – no norte do Paraná quando sua inigualável floresta sucumbia ao ritmo dos machados, do vai-vem dos traçadores, das infundáveis queimadas; quando alguns homens e mulheres, confiados no futuro, foram habitar os longínquos “patrimônios”; quando a ambição desenfreada farejava as riquíssimas terras devolutas; quando os caminhos eram difíceis, não raro pontilhados pela violência, mas as noites se revestiam de uma doce quietude; quando cada um tinha diante de si a aventura, e, atrás, quase sempre, uma desilusão a esquecer.⁴

Ao chegar a Maringá, vindo de (São José de) Barreiro, estado de São Paulo, onde, por dois anos, fora promotor público, Duque Estrada, que estudara Direito e Odontologia em Niterói, montou uma firma de comércio e beneficiamento de café. Em seguida,



aproveitando os rudimentos de pilotagem aprendidos no período em que serviu ao Exército, no Nordeste, comprou um pequeno avião e se tornou empresário e piloto de um táxi aéreo. Um negócio altamente rentável. Naquele tempo, a ferrovia que vinha de Ourinhos só alcançava Apucarana. As estradas de rodagem eram muito precárias. Em épocas de chuva, levavam-se

dias e dias para cobrir pequenas distâncias de ônibus, automóvel ou carroça. Por isso, os céus viviam povoados de aeronaves. Aos poucos, porém, Duque Estrada firmou-se como um dos primeiros advogados da região.

Desde que chegou, cultivou a impressão de homem culto acima da média, o que não era tão difícil numa região povoada por colonos, operários e trabalhadores volantes analfabetos ou com mínima escolaridade. O poeta e jornalista Antônio Augusto de Assis definiu-o como “um homem de muitos instrumentos”⁵. O ex-prefeito Inocente Villanova Jr., do qual foi aliado político, não economizou palavras para elogiá-lo: “O Duque Estrada, sujeito com um crânio ó... inteligentíssimo advogado”⁶. Versado em leis, ele era também homem de letras e tornou-se redator de O Jornal de Maringá, fundado em junho de 1950. Dispondo

³ O grau de parentesco precisa ser conferido, mas pertencia a um ramo da família de Joaquim Osório Duque Estrada, autor do Hino Nacional.

⁴ DUQUE ESTRADA, J. F. **Isto é você, Maria**. Curitiba: Artes Gráficas, 1974, apresentação, p. 7

⁵ Prefácio ao livro DUQUE ESTRADA, J.F. **Isto é você Maria**.

⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. **Inocente Villanova Junior**: centenário de nascimento do primeiro prefeito de Maringá. Maringá: Clichetec, 2003, p. 49.

de um espaço nobre na primeira página, debatia ideias políticas e as causas de Maringá. Em 23 de julho de 1950, na quarta vez em que o periódico se comunicava com a população, o redator abordou o processo de emancipação política da cidade.

Com essas credenciais, não demorou a se envolver na vida política local. Tornou-se vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na legislatura de 1952-1956, a primeira do novo município, separado de Mandaguari por força da Lei 790, de 4 de novembro de 1951. Eleito em 9 de novembro de 1952, foi empossado em 14 de dezembro do mesmo ano. Primeiro presidente da Comissão de Legislação e Justiça, fez uso da bagagem de bacharel em Direito para contribuir com a elaboração do Regimento Interno e para a formulação das primeiras leis municipais. Os documentos da Câmara de Vereadores revelam que ele era um debatedor compulsivo, procurando intervir – nem sempre com sucesso – em temas fundamentais para a estruturação institucional do recém-criado município, como a legislação tributária e o código de posturas.

Em 1954, não fosse uma divergência partidária que o desestimulou, Duque Estrada teria sido candidato a deputado estadual. Em 1958, o objetivo foi perseguido pela legenda do Partido Social Progressista (PSP), mas obteve modesta votação. Nova tentativa de alçar voos políticos aconteceu em 1960, quando pleiteou o cargo de prefeito pelo Partido Social Trabalhista (PST), legenda criada nacionalmente por dissidentes do PTB. Em Maringá, chama a atenção a aliança com candidatos do clandestino PCB⁷. Seu

discurso de campanha, documentado em materiais que sobreviveram, tinha um forte acento classista, apresentando-se com o candidato dos “trabalhadores” e assumindo o compromisso de exercer uma “administração totalmente trabalhista”.

A imagem que se propagou de sua atuação como candidato a prefeito está diretamente associada à sua verve de tribuno e ao estilo irônico e contundente. O memorialista Ademar Schiavone, ao incluí-lo entre os grandes oradores da história política do município, salienta que ele tinha um “estilo ferino”, ou seja, seu discurso machucava.⁸ Dizia-se que ele estava sempre pronto a “sentar a pua”.⁹ Não por acaso, passou a ser conhecido como o “Pua”. Sem pestanejar, assumiu o instrumento como símbolo de campanha. Tal estilo atraía a atenção da população, mas não lhe rendeu votos suficientes para se tornar o terceiro prefeito de Maringá.¹⁰ Segundo o testemunho de um cronista,

clandestino PCB. Seus suplentes eram o sindicalista José Rodrigues dos Santos e José Lopes dos Santos, igualmente comunistas. Cf. DIAS, Reginaldo B. & TONELLA, Celene. **A experiência do Legislativo Municipal de Maringá- 1947/1998**. Maringá: Câmara Municipal, 1997.

⁸ Schiavone, A. **Memórias de um bom sujeito III**. Maringá: Ed. do autor, 2007.

⁹ Expressão corrente na época, “Senta a Pua” era o lema do grupo de caça da Força Aérea Brasileira que atuou durante a Segunda Guerra Mundial. Ele foi proposto por Fortunato Câmara durante o treinamento dos aviadores nos Estados Unidos, entre 1943 e 1944. Acompanhava a figura do avestruz, mascote do grupo.

¹⁰ Resultado das eleições: João Paulino Vieira Filho (PSD), 5.824 votos; Vanor Henriques, 5.485; J.F. Duque Estrada, 2.080. Sagrou-se prefeito o candidato apoiado pelo governador Moyses Lupion (PSD). DIAS, Reginaldo B. **Da arte de votar e ser votado**. Maringá: Clichetec, 2008.

⁷ Foi pela legenda do PST que se elegeu o vereador Bonifácio Martins, ligado ao

nos comícios só quem trazia gente era o Duque Estrada, que batia para valer no candidato do governador. E o povão ia só pra ver ele descer a ripa, sem dó nem piedade, no candidato da situação. Veio a eleição e ele foi o terceiro colocado.¹¹

Em 1961, mudou-se para Curitiba. Lá, instado por Silvio Barros e Bárbara Cecilly Barros, amigos que deixara em Maringá, desengavetou os originais de *Terra crua*, escritos em 1957, e publicou o livro. Antes disso, havia divulgado alguns capítulos no jornal “A Tribuna de Maringá”. Recorda-se o jornalista Antônio Augusto de Assis:

Duque Estrada era frequentador habitual da redação de “A Tribuna de Maringá”, do jornalista Manuel Tavares. Eu era uma espécie de redator-chefe do semanário e também estava sempre lá. Numa de suas visitas, Duque perguntou se dava para a gente publicar uma série de textos dele, em forma de folhetim, como faziam os jornais antigos com as obras de Machado de Assis, José de Alencar e outros. Seria uma espécie de “memórias”, em que ele contaria casos e “causos” relacionados com os primeiros anos da história de Maringá. Combinados os detalhes, ele voltou no dia seguinte trazendo os originais do primeiro texto, que saiu com destaque e despertou bastante curiosidade entre os leitores. Publicou mais uns cinco ou seis capítulos, até que um dia chegou lá dizendo que a repercussão estava sendo animadora e ele resolvera publicar a

obra em forma de livro, com o título “*Terra crua*”.¹²

Duque Estrada residiu por algum tempo na capital paranaense e de lá mudou-se para o estado de Mato Grosso.¹³ Em algum momento não muito bem definido daqueles anos, escreveu um romance chamado *Isto é você, Maria*¹⁴, que também é ambientado no processo de colonização da região de Maringá, mas abarca um período que ultrapassa a cronologia do livro anterior.

Quando residia em Nova Andradina, área que viria a fazer parte do Mato Grosso do Sul, voltou a exercer sua verve de polemista, mantendo uma coluna, intitulada “Meu comentário”, no *Jornal D’Oeste*. Conforme testemunho do editor desse periódico, Jorge Ferreira Duque Estrada chegou a “Nova Andradina, no início da década de 70, então uma cidade incipiente, sem pavimentação asfáltica”. Fiel ao espírito de aventura que marcou sua biografia, costumava dizer “que, assim que o asfalto chegasse, tomaria rumo de outras plagas”.¹⁵ Em sua obra literária e em seus movimentos de vida, assumiu, intencionalmente, a identidade do homem da fronteira.

História escrita de afogadilho e sem rodeios

Ao explicar o que pretendia com seu livro *Terra crua*, Duque Estrada deixou bem claro que não queria “fazer literatura”. Considerava-se “apenas um contador de histórias; de histórias simples, de gente simples lutando por

¹¹ Comentário de José Mariano da Silva, agente político e cronista, inserido em SANCHES, Antenor. **Maringá: sua história e sua gente**. Maringá: Editora Massoni, 2002, p. 87.

¹² Conforme depoimento aos autores deste artigo.

¹³ **Correio da Cidade**. - Maringá 29/1/84 a 1/2/1984

¹⁴ DUQUE ESTRADA, J. F. **Isto é você, Maria**. Curitiba: Artes Gráficas, 1974.

¹⁵ Depoimento de Pedro A. Correa Batista, concedido ao acadêmico de História Victor Garcia Miranda.

um lugarzinho ao sol, nesta breve e misteriosa passagem pela Terra” (TC, p.1). Entretanto, identificam-se em seus escritos, burilados intuitiva ou premeditadamente, um estilo e uma perspicácia analítica que nada têm de ingênuos ou superficiais.

O autor qualificou sua obra como uma coisa “feita meio de afogadilho”. O significado dessa expressão enseja uma pequena digressão. Mais do que uma história escrita às pressas, como ele sugeriu, preferimos entendê-la como equivalente ao que os acadêmicos denominam, atualmente, de História do Tempo Presente, produzida no calor da hora ou sob a irradiação da temperatura do fato recente. Essa noção, por seu turno, encerra algumas características. Primeira, o autor está imerso nos fatos narrados ou não tem distanciamento suficiente deles. Segunda, dada a proximidade do que se conta com o que se viveu, é uma história repleta de paixões. Terceira, é uma história em que convém ao autor revelar suas credenciais, em vez de se esconder atrás do biombo da neutralidade. Tudo isso se vê em Terra crua, obra que tem os encantos e as limitações de uma história do tempo presente. Assim, por não se tratar de um texto ingênuo, não se deve lê-lo com ingenuidade. É uma história escrita por quem participou dos fatos e que os narra sempre tomando partido.

Por que escrever um livro de história, sob o formato de crônica, em 1957, quando Maringá completava 10 anos de fundação e cinco de emancipação política? Uma resposta possível tem a ver com a periodização por ele proposta para interpretar a trajetória da cidade. Em sua compreensão, naquela época se encerrava uma fase, o tempo da “terra crua”, que se contrapunha, pelo efeito da aceleração da história, ao tempo da civilização. Na primeira fase,

ninguém era filho da terra, nem havia tradições a zelar. A aventura era o traço de união entre todos; apesar disso, cada um se tornara forte pelos próprios meios e adquiria a condição de líder pelos seus próprios méritos. (...) Tamanha luta, pelo comando político da nova comuna, num cenário agreste, quase brutal, entre homens afeitos a duras provas, não seria fácil; pelo contrário, seria algo espetacular, algo formidável (TC, p. 21).

Dez anos depois, abria-se o segundo momento, o portador do futuro. O primeiro estava destinado à memória. No seu dizer, “pusemos a nossa fê, nossa força de vontade, nossas esperanças de transformar a terra virgem num pedaço de civilização”. Com a abertura da nova fase,

outra coisa não tínhamos a fazer senão despirmos nossas rôtas fantasias de gladiadores e ensarilhar nossas armas, agora transformadas em inofensivos trabucos, em face da civilização buscada, e que a tudo e a todos envolveu (TC, p. 162).

Duque Estrada, ao propor que se encerrava um período, percebia que a aceleração da história, imposta pela dinâmica social, colocava em risco a memória dos primeiros anos. Assim, ele revela que procurava “fixar um momento da vida desta terra e desta gente, que aqui veio norтеada por uma esperança, quiçá, às vezes, por uma ilusão” (TC, p. 162).

De algum modo, é isso que se espera de cronistas e historiadores, pessoas que compartilham a luta contra o esquecimento. Mas ele não estava preocupado com uma memória em abstrato. Pretendia contar “aos que vieram depois como as coisas começaram, sem rodeios, sacrificando a beleza de nossa língua e a pieguice

gramatical” (TC, p. 162). Conduzida pela pretensão de ser tão crua quanto a terra que a inspirou, sua abordagem, feita “sem rodeios”, chocava-se com uma narrativa glorificante em gestação, marcada por procedimentos assépticos na recuperação da memória. A fronteira que separava uma época da outra também era um marco da disputa pela memória sobre a gênese da cidade.

Segundo ele, tudo começou com a “cidade fantasma”, nome que evocava precárias casas de madeira que não abrigavam ninguém, erguidas para que os contratos de compra, que previam edificações em curto espaço de tempo, não fossem feridos. Os homens e as mulheres viviam nas ruas dos cafezais, como colonos, volantes, desmatadores e, sobretudo, pequenos e médios proprietários. No que seria a cidade, sobravam silêncios e escuridões. E as toras encarvoadas, que avisavam da exuberância das matas mortas, “lembravam uma povoação abandonada”, onde era preciso caminhar “evitando as emboscadas”. Quem nunca viu esse cenário em filmes de banguê-banguê?

Havia, contudo, diferenças fundamentais entre os vilarejos dos faroestes e Maringá. Naqueles, as cidades tornavam-se “fantasmas” em virtude do despovoamento. Maringá, se nos valemos da imagem evocada por Duque Estrada, trilhou caminho inverso. Por trás de sua aparência fantasmagórica, havia negócios em franco andamento. Os dados arrolados por France Luz indicam que, de 1938 a 1942, a Companhia de Terras Norte do Paraná efetuou 496 transações imobiliárias, “representando 12,2% das propriedades rurais da área que posteriormente corresponderia ao

Município de Maringá”¹⁶. Já entre 1946 e 1952, quando o município foi instalado, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná¹⁷ vendeu 4.222 lotes urbanos.

Seja como for, Duque Estrada usou conscientemente a linguagem do faroeste, gênero cinematográfico muito consumido na década de 1950, para estabelecer um patamar de legibilidade da história de Maringá e, por suposto, de sua participação nessa história.

Ao ler Duque Estrada, descobre-se uma cidade, objeto de disputa, onde as paixões miúdas sustentavam os breves rudimentos da virtude. Os mandachuvas brotavam – como a sorte, o vício e a vilania – do chão das ambições. Sociólogo intuitivo, escreveu:

nas zonas de colonização nova, a ascensão de um homem, que surge do anonimato ou sai do ostracismo para galgar notoriedade e prestígio, tem muito que ver com a ocupação e a índole de cada um (TC, p. 17).

O prestígio de um homem advinha das trocas dos mais diversos favores:

Bem diferente das zonas velhas, onde a política se firma na tradição, [ele] cresce ou diminui em função da mobilidade dos habitantes e a difusão dos benefícios dispensados (TC, p. 17).

Ele assinalou uma vida continuamente organizada em torno da violência e de relações interpessoais instituídas pela busca de resultados imediatos. Mas as amizades desfeitas e a formação de pequenas cortes ao redor dos chefes

¹⁶ Cf. LUZ, France. Maringá: a fase de implantação. In DIAS, Reginaldo B. & GONÇALVES, José Henrique R. (orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá: Eduem, 1999.

¹⁷ Não é demasiado lembrar que a natureza jurídica e patrimonial da empresa colonizadora se alterou nesse meio-tempo.

partidários e seus acólitos representavam uma ruptura, é certo, pois indicavam “o prenúncio da luta” política. Em sua interpretação, tudo isso provocou tensão no embrionário senso de comunidade, que, apesar da debilidade dos sentimentos de pertencimento local, insistia em nascer.¹⁸ Entretanto, Duque Estrada insinuava, entre a ironia e a resignação, que não deveríamos esperar que a moderação se tornasse, como no sonho dos velhos filósofos liberais, a essência da criação social. Naquele chão vermelho, política e polidez nem sempre caminhavam juntas.

Duque Estrada narra, com detalhes, a complexidade da construção do espaço público naqueles tempos. Por um lado, demonstra como a empresa colonizadora,¹⁹ supostamente o agente civilizador, precarizou a prefeitura com uma guerra fiscal em torno da confecção do Código Tributário. Esse episódio envolveu uma tentativa de cassação do mandato do prefeito, aprovada pela Câmara Municipal e revertida na Justiça. Por outro, descreve

como o prefeito, para defender seu gabinete, recorreu ao serviço de jagunços.

Nos tempos da “terra crua”, não havia contradição na presença desses personagens no universo político. Os chefes de jagunços, além de prestarem serviço de limpeza de áreas rurais na região mais ampla,²⁰ mantinham interesse na política local, participando da fundação de partidos. Sem maniqueísmo, Duque Estrada entendia que eram homens normais de uma época anormal e que, do seu jeito, eram agentes do progresso. Só que a fronteira histórica se avizinhava. Segundo a percepção e vaticínio do autor, essa época estava terminando no Paraná, “mas, possivelmente, renascerá nos sertões de Goiás e Mato Grosso” (TC, p. 34).

Do quinto capítulo em diante, ele procurou rivalizar com a cidade como herói da narrativa. Em sua ótica, a barbárie começou a dar lugar à civilidade. Pessoas como ele, diplomadas, cultas, dotadas de senso de comunidade, viriam substituir os indivíduos que, nos anos anteriores, teriam construído um tecido social fundado na desordem. Por isso, começou narrando a chegada de um avião à cidade, em 1948. A modernidade tecnológica, expressa nos meios avançados de transporte, no espaço urbano fabricado como duplicata gigante do *design*, e a institucionalização do apinhamento humano como cidade, distrito da vizinha Mandaguari, cristalizavam os marcos iniciais de um novo tempo.

¹⁸ A esse respeito, observe-se que, no censo de 1950, não há dados detalhados sobre a naturalidade e o domicílio anterior dos habitantes que se encontravam fora dos seus municípios de nascimento. Esses dados foram introduzidos no censo de 1960 e ampliados nos subseqüentes. Tomando como parâmetro os dados relativos à região polarizada por Maringá, tem-se que, em 1960, 78,3% dos residentes eram oriundos de outros municípios, enquanto 21,7% eram naturais dos municípios em que se encontravam. Sobre Maringá, no detalhamento possível a partir de 1960, tem-se o seguinte quadro. Em 1960, 20,3% eram naturais do município, enquanto 79,7% vieram de outras localidades. Cf. LUZ, France. **As migrações internas no contexto do capitalismo no Brasil:** a microrregião "Norte Novo de Maringá" - 1950/1980. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1988.

¹⁹ Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná

²⁰ Não podemos aprofundar essa questão neste momento. Mas lembramos o que disse o próprio autor: “Escrevi, certa vez, o roteiro de um filme que se chamaria ‘GRILEIROS’, contando como se faziam essas coisas. Mas, não encontrei empresário” (TC, p. 30).

No decorrer da década de 1950, as autoridades municipais maringaenses e a CMNP empenharam-se em forçar a transição de um espaço urbano arraigado à madeira e ao barro para um novo modelo, orientado pelo ideário da modernidade e do progresso. Para lembrar os termos de Duque Estrada, elas pretendiam afastar a sombra da “cidade fantasma”. Queriam dotar a urbe de uma visibilidade arquitetônica explicitamente contraposta à paisagem rural. Por isso, uma de suas decisões de forte impacto foi a proibição de que se edificasse o que não fosse de alvenaria nas vias principais.

No entanto, a geografia do mundo pioneiro não se modificou tão rapidamente. Por muitas décadas, os terrenos baldios continuaram convivendo com o concreto armado, como que a avisar que o passado, o tempo da barbárie, continuava latejando.

A dinâmica do crescimento demográfico e da ocupação das zonas delimitadas pelo plano urbanístico implementado a partir de 1946 obedeceu a condicionamentos diversos, muitos dos quais escapavam das aspirações modernizadores dos empresários, das autoridades e de outros segmentos que com elas compartilhavam de tais ideais.²¹ Viviam-se sob pleno domínio do complexo cafeeiro. Por mais que alguns buscassem a diversificação dos plantios e dos investimentos comerciais e industriais, abrir negócios na cidade era contar não somente com a expansão da

infra-estrutura e com a consolidação das classes médias e das classes populares consumidoras, mas, também, com a multidão de trabalhadores, colonos das fazendas, pequenos proprietários e volantes empregados nas colheitas. Em boa medida, a cafeicultura determinava rotinas no campo e na cidade. Maringá, tal como as demais áreas urbanas estruturadas no interior daquele complexo socioespacial, conhecia dias de densidade e dias de esvaziamento em razão do calendário agrícola. Somente aos poucos conseguiu ganhar uma relativa independência desses influxos, tornando-se centro comercial de vulto.

O alicerce agrário do processo de ocupação regional não condicionava apenas uma boa parte do viver urbano, mas, como notou Duque Estrada, exigia permanentemente

a morte dos seculares paus-marfim, cedros, figueiras, paus-d’alho, jacaratiás, a formidável peroba rosa e os esguios palmitos, que tombavam para sempre em holocausto ao plantio do rei-café – o grande assassino das matas brasileiras (TC, p.18).

No norte do Paraná, esse monarca “ecocida” permaneceu no trono, ainda que assediado por vários pretendentes, até a década de 1970. A longevidade de tal reinado e a percepção de suas vilanias por homens como Duque Estrada suscita inevitáveis interrogações a respeito do que significava, no contexto preciso dos anos 1950, mostrar-se preocupado com a voracidade da destruição ambiental.

Desde o século XIX, os efeitos deletérios da expansão cafeeira sobre as terras e as matas do país eram razoavelmente conhecidos. O declínio da fertilidade do solo no vale do rio Paraíba do Sul e no oeste paulista, amplamente ocupados por plantações da

²¹ Ver LUZ, France. **O Fenômeno Urbano Numa Zona Pioneira: Maringá**. Maringá: Prefeitura Municipal de Maringá, 1997 e GONÇALVES, José Henrique R. “Maringá: algumas facetas coloniais do projeto urbano” in MACEDO, Oigres Leici et alli (orgs.). **Pensar Maringá: 60 Anos de Plano**. Maringá: Massoni, 2007, p. 23-36.

rubiácea nos tempos do Império, foi notado desde cedo. Quanto ao norte do Paraná, existem indícios de preocupações bastante precoces com o desmatamento e com o potencial de erosão da terra implícito à cafeicultura tradicional.²² É possível que Duque Estrada, homem bem-informado, tivesse conhecimento dessas preocupações efetivas dos técnicos e acadêmicos, mas não podemos ter certeza. O que sabemos, pois está claro em sua obra, é que ele tocou no assunto por diversas vezes. Talvez fosse motivado por impulso romântico. Suas tentativas poéticas respeitavam os moldes codificados pelo romantismo e se aproximavam da vertente nostálgica, tão característica daquele movimento literário, idealizadora da natureza e do mundo rural. Talvez ele tivesse a vontade de expressar uma voz corrente em certos meios locais.

É preciso ter cautela na hora de avaliar suas preocupações com o destino das matas. Seus lamentos poéticos, antes de tudo, funcionavam como elementos retóricos que reforçavam a iconografia da “terra crua”. As relações dos homens com a natureza eram predadoras, tão predadoras quanto as relações entre eles. De qualquer forma, se estamos a especular o sentido que Duque Estrada confere às cenas em que descreve a devastação da natureza exuberante, é porque não lhe pareceu um aspecto menor, que pudesse ser ignorado.

Por que “terra crua”, curiosa expressão citada apenas no título, no prefácio e na conclusão? Duque Estrada não discorre

sobre ela e não a define. Mas parece claro que se trata de uma metáfora de ricos significados. Maringá estava a transitar do barro para o concreto, da precariedade para a consistência, da incerteza para a segurança. Qual uma casa que se faz cotidianamente reformar, a cada vez empregando materiais mais duradouros, desde o momento mesmo em que começou a ser erguida. Uma reforma que não contava com o consenso dos moradores. A ela se opunham, na ótica de Duque Estrada, todos os que apenas estavam empenhados em dilapidar a casa antes mesmo de ela ser plenamente construída. Em outro registro, a “terra crua” refere-se a um estado de sociabilidade, prenhe de natureza, de pulsões pouco domesticadas, que se contrapõe a outro estado de sociabilidade, a civilização e sua tradução política, a pólis. Na clássica oposição entre o “cru” e o “cozido”, o primeiro termo refere-se ao estado da natureza, enquanto o segundo expressa o trabalho da cultura.²³ Na polaridade que permeia a interpretação de Duque Estrada, trata-se da oposição entre a barbárie e a civilização.

Explicando o léxico do processo de ocupação do *Far West*, Mary A. Junqueira observou que “os norte-americanos usam a palavra *border* para a linha de demarcação entre dois países e *frontier* para a linha divisória entre a civilização e *wilderness*”²⁴, sua ausência. Do seu modo, Duque Estrada, cuja narrativa é inspirada no imaginário do *Far West*, interpreta o processo local não como ultrapassagem de uma margem territorial, mas como superação da fronteira civilizatória.

²² Para maiores detalhes sobre as percepções técnico-científicas do desenvolvimento do Norte do Paraná entre as décadas de 1930 e 1970, ler GONÇALVES, José Henrique R. **História Regional & Ideologias. Sobre Algumas Corografias Políticas do Norte-Paranaense**. Curitiba: UFPR, 1995 (Dissertação de mestrado em História Social).

²³ Cf. LEVI-STRAUSS, Claude. **O Cru e o Cozido**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

²⁴ JUNQUEIRA, M. A. **Estados Unidos: a consolidação da nação**. São Paulo: Contexto, 2001.

“Terra crua”, assim, é um tempo e não um lugar. Entretanto, como sua narrativa refere-se concretamente a um lugar específico, pode-se dizer que o escritor espacializou o tempo. Sua metáfora sugere uma época que era simultaneamente um lugar. Ambos, ele preconizava, estavam fadados a desaparecer.²⁵

Ressonâncias

Duque Estrada, mais do que narrador, foi personagem de um livro escrito sem distanciamento. Ele esperava serenidade dos homens que haviam de cozinhar a “terra crua” e nela fundar a civilidade. Mas, provavelmente, sabia que, tão radicalmente grudado que estava àquele tempo, não podia esperar tal estado de espírito. Ele teve a sensibilidade de apontar um marco cronológico e perceber uma mudança de época e de legar uma interpretação produzida na fronteira entre as duas épocas. Ironicamente, seu próprio destino ficou selado àquele primeiro tempo. Nos anos que seguiram à publicação do livro, a silhueta do advogado, político e escritor foi aos poucos se esvaindo nas memórias dos antigos moradores de Maringá. Novas levas de migrantes alteraram o perfil da ordem social dos primeiros tempos, ocorrendo, ao longo

da década de 1960, uma recomposição da elite dirigente. A cidade cresceu e diversificou-se.

Um pouco mais tarde, o complexo cafeeiro entrou em crise. Já não havia mais emprego, por uma colheita que fosse, para “toda aquela gente que a penúria enfeia ao máximo”,

brasileiro de origem paupérrima, na maior parte analfabeto, (...) largado por este mundo de Deus, como cigano sem tribo, enchendo a paciência da Virgem Maria e de todos os santos de tanto orar e pedir.²⁶

Muitas das grandes fortunas acumuladas na década anterior foram transferidas para São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro ou para novas frentes pioneiras, como estava previsto pelo próprio Duque Estrada. Houve, também, decadências memoráveis. Ademais, a ditadura militar impôs profundas modificações no modo de fazer política. Em face de tão rápidas mudanças, episódios dos primeiros tempos maringenses escorreram pelas frestas das lembranças coletivas. Os novos donos do poder local não queriam saber de fatos pouco edificantes e os velhos achavam bem melhor esquecê-los. Assim, correspondendo ao novo contexto, livros e matérias jornalísticas voltadas para o passado local assumiram funções mais adequadas aos projetos de reengenharia da memória acalentados pela elite dominante. A mitologia da glorificação pioneira, padrão de organização das recordações coletivas que predomina nas áreas de colonização bem-sucedidas, consagrou-se.

Não estava totalmente ausente de seu texto, porém, a visão de uma positividade intrínseca ao processo.

²⁵ O leitor pode ver uma interpretação análoga no filme “Era uma vez no Oeste”, esplêndido *far-west* dirigido por um cineasta italiano, Sérgio Leone. A transposição do título original em italiano, língua do diretor, para o inglês e depois para o português implicou prejuízo semântico. No italiano, o filme foi batizado como “Era uma vez o Oeste” e não “no Oeste”. Assim, o Oeste era um tempo e não propriamente um lugar. Na cena final, o espectador assiste ao “Oeste selvagem” dando lugar à civilização, representada pela chegada da ferrovia. O filme é de 1968. Embora a interpretação pudesse ter precedentes em outros filmes e fosse tributária da mitologia que cerca o *Far West* dos EUA, deve-se notar que Duque Estrada fez o mesmo em 1957.

²⁶ DUQUE ESTRADA, J. F. **Isto é você, Maria**, p. 28.

Afinal, como confessava, fazia parte de uma geração que viera, a despeito dos erros cometidos e independentemente das convicções políticas, trazer um pouco de civilização ao sertão. Se a era da “terra crua” deixava de existir, isso não decorria do simples passar do tempo, mas da ação de uma miríade de agentes sociais, contraditórios em suas ações e aspirações. Intuíamos que a “história diria que eles haviam cometido muitos erros ao forjar a comunidade que se chama Maringá” e que seu livro seria um retrato disso.

Imaginava que o conhecimento dessa história poderia servir de “exemplo e estímulo às novas gerações”, mas a grandeza da epopeia vivida estava em seus aspectos contraditórios e em sua complexidade. Não poderia ser escrita “com rodeios”, evasivas e mediante procedimentos de limpeza. Por isso, sua narrativa é ambígua em seus momentos de conciliação, é turbulenta mesmo quando quer apelar para a virtude, é vazada de uma paixão à beira do desapontamento, é orgulhosa nos instantes de resignação pessoal. De resto, como demonstra a recepção posterior da obra, não é a imagem de harmonia que fica após a leitura de Terra crua.

No livro *Isto é você, Maria*, escrito alguns anos depois, pode-se ver que ele não se conciliou com aquele passado. Esse romance, menos inspirado literariamente, permite-nos identificar como Duque Estrada interpretava a transição de Maringá de uma era a outra. Iniciada na fase pioneira, a narrativa avança pela década de 1960, descrevendo, sem deixar de mostrar o abismo que separa os estratos sociais que viveram a aventura daqueles anos, o progresso da cidade. Duque Estrada é particularmente ácido com os

sonhos de aristocratização social que permeariam parte da elite local.

O livro *Terra crua* exerceu notável influência em diversos pesquisadores acadêmicos que se debruçaram sobre a história de Maringá a partir de finais da década de 1970. Seus ecos percorrem as páginas dos estudos pioneiros de France Luz e Ivani Omura.²⁷ Sua tentativa de teorizar um pouco sobre o significado do “comando político”, forma de exercício de poder local/regional reconhecida como um dado quase incontornável da vida política para-institucional, foi retomada por José Carlos Alcântara, que chegou a escrever um pequeno ensaio sobre o assunto.²⁸ Por sua vez, tais estudos, sobretudo o de France Luz, publicado sob a forma de livro apenas em 1997, mas muito utilizado em sua versão original, influenciaram outras gerações de investigadores, que consumiram as ideias de Duque Estrada por esses e outros mediadores. Seria até dispendioso mapear essa repercussão direta ou indireta. Em certo sentido, ele estabeleceu a imagem hoje dominante entre os cientistas sociais das duas primeiras décadas da história de Maringá.

Se o resgate e o diálogo com *Terra crua* indicam o reconhecimento do valor dessa obra, deve-se salientar que ela quase sempre foi utilizada como fonte e não como interpretação. A própria análise de fatos conflitivos, conduzida com o posicionamento do ator político,

²⁷ LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá. Maringá: Prefeitura Municipal de Maringá, 1997; OMURA, Ivani. **Eleitores e eleitos: composição e comportamento. Maringá, 1956-1964**. (Dissertação de Mestrado) Curitiba: UFPR, 1981.

²⁸ ALCANTARA, J. A. **Política local** (um estudo de caso): Paranavaí, 1952-1982. Maringá: Clichetec, 1987.

fato natural em uma história do tempo presente, não gerou contrapontos explícitos.

Por ora, a contribuição que pretendemos apresentar foi, precisamente, uma interpretação do primeiro intérprete de Maringá.